

# INFORMATIVO DO PARTICIPANTE

Plano Petros do Sistema Petrobras



ANO 3 | setembro de 2017



As condições do plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) foram apresentadas pela Diretoria Executiva da Fundação, na última quinta-feira (14/9), ao vivo pela internet. O vídeo com a íntegra da transmissão está disponível no [Portal Petros](#), assim como os [gráficos e dados](#) mencionados na apresentação, e podem ser acessados a qualquer momento. Como ocorreu com a divulgação dos resultados de 2016, durante a transmissão ao vivo sobre o plano de equacionamento os participantes enviaram perguntas e tiraram suas dúvidas. A apresentação durou cerca de 1h30.

O equacionamento do déficit do PPSP foi aprovado em 12/9 pelo Conselho Deliberativo, instância máxima de governança da Petros. O plano já foi encaminhado às patrocinadoras, que, por sua vez, enviarão para análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão que fiscaliza a Petrobras e a Petrobras Distribuidora. Depois de aprovado pela Sest, a Petros tem mais 60 dias para implementar o plano de equacionamento. A previsão é que a cobrança das contribuições extras comece a ser feita até o fim deste ano.

Para saber mais sobre o plano, [clique aqui e acesse o hotsite exclusivo sobre o assunto](#).



O Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), de benefício definido, está passando por um processo de equacionamento, em função do déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado nos anos de 2013, 2014 e 2015. Atualizado para a data estimada de implementação do plano de equacionamento (final de 2017), com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros), o déficit do PPSP foi corrigido para R\$ 27,7 bilhões.

O equacionamento é fundamental para garantir a continuidade do plano no longo prazo, com o pagamento das aposentadorias, pensões e cumprimento de todos os demais compromissos assumidos com os participantes. Exatamente por isso, o equacionamento é obrigatório, conforme previsto na legislação que rege o segmento de previdência complementar, sendo, conseqüentemente, uma exigência do órgão fiscalizador do setor, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O déficit deve ser equacionado por todos os participantes — ativos, aposentados e pensionistas — e também pelas patrocinadoras — Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros —, na mesma proporção das contribuições normais realizadas no período de 2013 a 2015, conforme determinado na legislação.

A proposta de equacionamento do déficit do PPSP foi apresentada e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros, que conta com representantes eleitos pelos participantes e com representantes da patrocinadora Petrobras. Após a aprovação da instância máxima de governança da Fundação, o plano de equacionamento será encaminhado às patrocinadoras, que, por sua vez, enviarão para análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão que fiscaliza a Petrobras e a Petrobras Distribuidora. Depois de aprovado pela Sest, a Petros tem mais 60 dias para implementar o plano de equacionamento. A previsão é que a cobrança das contribuições extras comece a ser feita até o fim deste ano.

É importante ressaltar que o déficit do PPSP não tem qualquer influência sobre o PP-2, nem sobre qualquer outro plano administrado pela Petros. Ou seja, outros planos que estão com as contas equilibradas não têm que fazer equacionamento.

Nas telas a seguir, você pode saber mais sobre o equacionamento, as causas do déficit do PPSP, os percentuais de cobrança e tirar suas dúvidas sobre o assunto.

## ENTENDA O DÉFICIT



## EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PPSP



## **ENTENDA O EQUACIONAMENTO**

O equacionamento se torna necessário quando um plano registra déficit. O déficit acontece quando a soma de todos os investimentos mais os recursos que o plano tem a receber fica menor do que os pagamentos que o plano vai precisar fazer até o último benefício previsto. Ou seja, quando há um descasamento entre patrimônio (ativo) e os chamados compromissos futuros (passivo). Déficit não significa prejuízo, mas desequilíbrio nas contas.

Quando o déficit de um plano supera o chamado limite técnico, isto é, seu valor ultrapassa um determinado montante de tolerância que varia de plano para plano, torna-se obrigatório fazer um equacionamento para reequilibrar as contas e garantir a continuidade do plano. No caso específico do PPSP em 2015, este limite técnico era de R\$ 6,6 bilhões. Naquele ano, o déficit acumulado chegou a R\$ 22,6 bilhões, portanto acima do limite técnico.

### **Valor do equacionamento**

Para eliminar o déficit 2015 e reduzir a possibilidade de novos equacionamentos nos anos subsequentes, será equacionado o valor total de déficit acumulado no PPSP em 2015, que foi de R\$ 22,6 bilhões. Este valor foi atualizado para a data estimada de implementação do plano de equacionamento (final de 2017), com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros). Com isso, o montante a ser equacionado será de R\$ 27,7 bilhões.

Este valor de R\$ 27,7 bilhões será dividido entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros) e os participantes ativos e assistidos do PPSP, na mesma proporção das contribuições realizadas entre 2013 e 2015, tal como determina a legislação. É bom lembrar que a lei proíbe as empresas públicas de arcarem com valor superior àquele pago pelos participantes. Neste caso, todas as contribuições devem ser paritárias, ou seja, é obrigatório que haja uma contrapartida igual por parte dos participantes.

### **A divisão**

Assim, do total a ser equacionado, as patrocinadoras são responsáveis por 49,45%, o equivalente a R\$ 13,7 bilhões; os participantes ativos, por 22,75% (R\$ 6,3 bilhões), e os assistidos respondem por 27,8%, ou R\$ 7,7 bilhões.

O percentual da patrocinadora só não chega aos 50% exatos em função da existência de participantes auto patrocinados, aqueles que se desligaram da empresa, mas continuaram no plano contribuindo sozinhos com a sua parte e a que seria paga pela empresa patrocinadora do plano, e demais situações semelhantes.

Já a divisão entre participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) segue a proporção dos compromissos do plano (passivo) com cada um desses grupos. Como o PPSP é um plano maduro, que já tem mais aposentados e pensionistas do que participantes ativos, os assistidos são mais numerosos e, portanto, têm maior percentual de participação no equacionamento.

## O prazo de pagamento

O prazo de pagamento de contribuições extraordinárias relativas ao equacionamento 2015 do PPSP deverá ser de 215 meses. Aproximadamente, 18 anos. Conforme o que diz a lei, todo equacionamento deverá ser realizado no prazo de até 1,5 vez o tempo médio de pagamentos de benefícios futuros que, no caso do PPSP, é em torno de 12 anos. A Petros, portanto, utilizou o prazo máximo permitido.

## **QUANTO TEREI QUE PAGAR**

As contribuições extras para o equacionamento seguem as mesmas regras das tabelas já adotadas pela Petros para as contribuições normais, ou seja, alíquotas escalonadas de acordo com as faixas salariais — modelo similar ao utilizado para calcular o Imposto de Renda.

É como se o salário de contribuição ou benefício da pessoa fosse dividido em três partes e sobre cada uma delas incidisse um percentual de desconto. Essas partes são divididas de acordo com o teto de contribuição do INSS, que em 2017 é de R\$ 5.531,31. Assim, a parte da renda que vai até metade do teto do INSS (R\$ 2.765,66) sofre incidência de uma alíquota, aquela que fica entre R\$ 2.765,67 e R\$ 5.531,31 tem outra alíquota, e sobre a parte da renda que supera o teto do INSS há um terceiro percentual. A contribuição extra será o resultado da soma destes três descontos.

Dessa forma, a contribuição extra do participante ativo — inclusive dos que possuem Benefício Proporcional Opcional (BPO) ou Benefício Proporcional Diferido (BPD) e dos autopatrocinados — e dos assistidos (aposentados e pensionistas) aumenta à medida em que seu salário/benefício fica maior, e gera um percentual de desconto diferente para cada valor de remuneração.

**Verifique o valor da sua contribuição extra de acordo com o seu perfil:**

- **Ativos**
  
- **Autopatrocinados**
  
- **Autopatórcinio parcial**
  - **BPO/BPD**
  
  - **Aposentados**
  
  - **Pensionistas**

## Ativos

A menor alíquota de contribuição extraordinária para os participantes ativos será de 3,20% e incidirá sobre salários de contribuição de até R\$ 2.765,66, correspondente à metade do teto de contribuição do INSS.

Quem ganha acima disso pagará 3,20% sobre essa parte do salário de contribuição mais 6,63% sobre a fatia do salário de contribuição que vai de R\$ 2.765,67 até R\$ 5.531,31 (teto do INSS).

Para quem ganha mais que o teto do INSS, o processo de cobrança é igual: a primeira fatia do salário de contribuição paga 3,20%, a segunda paga 6,63% e apenas na parte do salário de contribuição que passa de R\$ 5.531,31 é que a taxa será de 24,34%.

A contribuição extra será a soma desses descontos. Isso significa que ninguém pagará a alíquota máxima de 24,34% sobre o total do seu salário de contribuição, mas sim o resultado da combinação das três alíquotas. Num salário de contribuição de R\$ 10 mil, por exemplo, a contribuição extra será R\$ 1.359,54 ou 13,59%.

Para fazer este cálculo de forma direta, aplique a alíquota correspondente ao valor do seu salário de contribuição, de acordo com as faixas salariais na tabela abaixo, e do resultado, abata o valor da parcela a deduzir.

### Confira as alíquotas:

EQUACIONAMENTO PPSP / ALÍQUOTAS / PARTICIPANTES ATIVOS		
Faixa Salarial	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS)	3,20%	-
2.765,67 a R\$ 5.531,31 (De ½ a 1 teto do INSS)	6,63%	R\$ 94,86
A partir de R\$ 5.531,32 (Acima de 1 teto do INSS)	24,34%	R\$ 1.074,46

Importante: vale lembrar que o salário a ser utilizado é o salário de contribuição para o PPSP, portanto, limitado pelos respectivos tetos pré e pós 1982 quando aplicáveis.



## Simulações:

SIMULAÇÃO EQUACIONAMENTO PPSP – PARTICIPANTES ATIVOS			
Salário de contribuição	R\$ 5.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00
Contribuição Normal	R\$ 144,92	R\$ 683,33	R\$ 1.577,33
Contribuição Extra Equacionamento	R\$ 236,64	R\$ 1.116,14	R\$ 2.576,54
Percentual de Contribuição Extra	4,73%	12,40%	17,17%
Total de Contribuição	R\$ 381,56	R\$ 1.799,47	R\$ 4.153,87

## Aposentados

A menor alíquota de contribuição extraordinária para aposentados será de 4,53% e incidirá sobre benefícios Petros de até R\$ 2.765,66, correspondente à metade do teto de contribuição do INSS.

Quem ganha acima disso, pagará 4,53% sobre essa parte do benefício Petros e 9,39% sobre a fatia do benefício Petros que vai de R\$ 2.765,67 até R\$ 5.531,31 (teto do INSS).

Para quem recebe mais que o teto do INSS, o processo de cobrança é igual: a primeira fatia do benefício Petros paga 4,53%, a segundo paga 9,39% e apenas na parte do benefício Petros que passa de R\$ 5.531,31 a taxa será de 34,44%.

A contribuição extra será a soma desses descontos. Isso significa que ninguém pagará a alíquota máxima, de 34,44%, mas o resultado da combinação das três alíquotas. Num benefício Petros de R\$ 10 mil, por exemplo, apesar de estar na alíquota de 34,4%, a contribuição extra será R\$ 1.924 ou 19%.

Para fazer o cálculo de forma direta, basta aplicar a alíquota corresponde ao valor do seu benefício Petros, de acordo com as faixas abaixo. Do resultado, abata o valor da parcela a deduzir.

**Confira as alíquotas:**

EQUACIONAMENTO PPSP / ALÍQUOTAS / APOSENTADOS E PENSIONISTAS		
Faixa de benefício Petros	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS)	4,53%	-
2.765,67 a R\$ 5.531,31 (De ½ a 1 teto do INSS)	9,39%	R\$ 134,41
A partir de R\$ 5.531,32 (Acima de 1 teto do INSS)	34,44%	R\$ 1.520,00

**Simulações:**

SIMULAÇÃO EQUACIONAMENTO PPSP – APOSENTADOS			
Benefício Petros	R\$ 5.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00
Contribuição Normal	R\$ 144,92	R\$ 683,33	R\$ 1.577,33
Contribuição Extra Equacionamento	R\$ 335,09	R\$ 1.579,60	R\$ 3.646,00
Percentual de Contribuição Extra	6,70%	17,55%	24,30%
Total de Contribuição	R\$ 480,01	R\$ 2.262,92	R\$ 5.223,32



## CAUSAS DO DÉFICIT

O PPSP é um plano de benefício definido (BD). Isso significa que o valor do benefício que será recebido anos depois, a partir da aposentadoria, é determinado no momento da adesão, antes mesmo do início das contribuições que vão formar o patrimônio do plano. E esse compromisso precisará ser honrado, independentemente das mudanças que venham a ocorrer no futuro.

Do momento da adesão até o pagamento dos benefícios, muitas mudanças acontecem, não apenas no cenário econômico do país e do mundo, mas também no perfil e na vida dos próprios participantes e dos seus dependentes. Além disso, mudanças eventuais nas características do próprio benefício, caso sua regra de cálculo ou valor real a ser pago em folha seja alterado de qualquer forma (por ajustamento de regra ou força judicial, por exemplo) podem provocar elevação de custo. Por isso, o plano de benefício definido precisa de contribuições variáveis ao longo do tempo para permitir que o patrimônio acompanhe as oscilações dos compromissos futuros (passivo), e o plano mantenha seu equilíbrio financeiro, ou seja, a capacidade de honrar com o pagamento de todos os benefícios previstos.

A experiência mostrou que essa característica de benefício definido deixa o plano exposto a riscos de desequilíbrios financeiros e fez com que os planos dessa modalidade deixassem de ser adotados não só pela Petros, mas pelo mercado de previdência complementar como um todo. Por isso, o PPSP está fechado para novas adesões desde 2002.

Os fatores responsáveis por desequilíbrios podem ser estruturais ou conjunturais. Os estruturais são mudanças que afetam diretamente o cálculo do benefício e, conseqüentemente, as obrigações do plano. Já os conjunturais decorrem principalmente de mudanças na economia que impactam o resultado do plano. Mudanças que ocorrem ao longo do tempo no perfil familiar, na longevidade dos participantes e nas variações dos salários que servem de base para cálculo dos benefícios são exemplos de questões estruturais que podem aumentar o custo e gerar desequilíbrios no plano.

No caso do PPSP, entre 2013 e 2015, as questões estruturais foram responsáveis por cerca de 40% do déficit acumulado no período. Em 2015, foram reconhecidos passivos estruturais que vinham se acumulando há alguns anos e que tiveram grande impacto no plano, como as mudanças no perfil das famílias dos participantes e a retirada do teto operacional de 90%. Somente estes dois ajustes aumentaram os compromissos futuros do plano em R\$ 8,6 bilhões, respondendo pela maior parte da composição estrutural do déficit.

Os outros cerca de 60% do déficit resultaram dos investimentos que não rentabilizaram o suficiente para fazer frente aos compromissos do plano. Embora os ativos tenham apresentado resultado líquido positivo de R\$ 1,1 bilhão entre 2013 e 2015, este valor ficou bem abaixo dos R\$ 14,3 bilhões necessários para cumprir a meta atuarial do período. Esse resultado líquido reflete a soma de diversos problemas que afetaram a rentabilidade dos ativos do plano. O mais relevante foi a conjuntura econômica desfavorável em 2014 e principalmente em 2015, quando a disparada da inflação, no momento em que a atividade econômica iniciava uma forte recessão, causou um comportamento negativo nos investimentos. Como a carteira de ativos do PPSP havia sofrido uma diversificação nos anos anteriores, no sentido da redução de títulos públicos e aumento de ativos de maior

risco, dada a provável suposição de que a queda da taxa de juros real seria sustentável no longo prazo, a recessão atingiu o retorno da carteira do plano de forma particularmente intensa.

### **Déficit vem desde 2013**

O PPSP vinha registrando sucessivos resultados positivos até 2012, ano em que apresentou superávit acumulado de R\$ 3 bilhões. Em 2013, o plano começou a apresentar resultados negativos, fechando com déficit acumulado de R\$ 2,4 bilhões, em função de um resultado negativo de R\$ 5,4 bilhões no ano. Entre as causas deste resultado, estava a atualização da tábua de mortalidade, que indica a expectativa de vida dos participantes ativos e assistidos do plano e respondeu pelo impacto de R\$ 1,1 bilhão.

Em 2014, o PPSP registrou déficit acumulado de R\$ 6,2 bilhões, com resultado negativo de R\$ 3,8 bilhões no ano. O acordo de níveis – reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do PPSP referente aos anos de 2004, 2005 e 2006, estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho da Petrobras – foi individualmente a principal causa, gerando impacto de R\$ 3 bilhões. As provisões para ações judiciais responderam por R\$ 648,8 milhões do resultado negativo.

No fim de 2015, o déficit acumulado chegou a R\$ 22,6 bilhões. Apenas a atualização do perfil familiar e a retirada do teto operacional de 90%, que são questões estruturais, aumentaram os compromissos futuros do PPSP em R\$ 8,6 bilhões. O restante do resultado negativo de R\$ 16,4 bilhões registrado naquele ano foi, especialmente, devido à falta de rentabilidade dos investimentos.

Com isso, o déficit acumulado ultrapassou, em 2015, o limite de tolerância permitido pela legislação, tornando o equacionamento daquele ano obrigatório.

### **Navegue nas abas abaixo e saiba mais sobre cada uma das causas do déficit**

- **Mudança na composição das famílias**
- **Retirada do teto operacional de 90%**
- **Acordo para pagamento de níveis**
- **Inflação e retração econômica**
- **Investimentos**

#### **Mudança na composição das famílias**

Ao longo das últimas décadas, o perfil das famílias brasileiras mudou. As pessoas passaram a viver mais e aumentou o número de pessoas que se casam mais de uma vez e que têm filhos em idade mais avançada. Com os participantes do PPSP não foi diferente. Como consequência, o plano passou a ter que pagar os benefícios por um número de anos maior do que foi previsto quando o participante aderiu ao plano e as suas contribuições foram calculadas em menor valor que o necessário. Por exemplo, há as pessoas que se casam mais de uma vez e, quando morrem, deixam filhos pequenos ou cônjuges ainda jovens que vão receber a pensão por muitos anos. Por isso, em 2015, foi preciso refazer o

cálculo destes gastos para considerar a “família real”, com base nos dados do cadastro da Petros. Esta mudança estrutural aumentou os compromissos do plano em R\$ 5,2 bilhões.

A atual direção da Petros, atendendo recomendação do Conselho Fiscal, está promovendo um recadastramento de todos os participantes do PPSP. Esse trabalho visa atualizar os dados que são base para os cálculos do passivo, tornando-o ainda mais preciso. Quanto mais bem feito e completo for esse trabalho e quanto mais atualizado a Petros puder manter seu cadastro, maior será a credibilidade e a segurança do cálculo dos compromissos futuros do plano e menor a necessidade de fazer ajustes tão intensos como aquele feito em 2015. É importante destacar, porém, que o plano de equacionamento é obrigatório por lei e precisa ser implementado independentemente do processo de recadastramento em curso.

## **Retirada do teto operacional de 90%**

Também em 2015 foi decidida a retirada de um mecanismo que limitava a renda de aposentadoria (benefício Petros + benefício do INSS) dos participantes a 90% do teto pago pelo plano. Esse mecanismo foi implantado para corrigir uma distorção criada nos tempos de hiperinflação, a fim de impedir que a correção monetária dos valores usados para calcular o benefício inicial levasse a Petros a pagar aposentadorias com valores superiores ao teto previsto no regulamento do plano. Com a estabilização econômica, esse limitador perdeu a eficácia e passou a achatar o benefício de uma parcela dos participantes de forma indevida. Essa correção não foi feita no passado, sendo reconhecida apenas em 2015. Sua retirada proporcionou aumento de alguns benefícios, elevando, conseqüentemente, os gastos estimados do PPSP em R\$ 3,4 bilhões.

## **Acordo para pagamento de níveis**

Nos acordos coletivos de 2004 a 2006, a patrocinadora Petrobras concedeu aumento de níveis de faixas salariais para seus empregados. Em 2014, devido ao grande volume de ações judiciais movidas por aposentados e pensionistas solicitando equiparação aos novos níveis, foi feito um acordo para estender a mudança aos aposentados e pensionistas. Esse acordo proporcionou o aumento de alguns benefícios, gerando, conseqüentemente, um impacto de cerca de R\$ 3 bilhões no déficit de 2014.

## **Conjuntura: inflação e retração econômica**

O ano de 2015 foi marcado pelo acirramento da crise econômica. A inflação oficial do país, medida pelo IPCA, fechou em 10,67%, o dobro da estimativa inicial do mercado. Com isso, a meta atuarial do PPSP, que era de 11,76% (IPCA + 5,63%) saltou para 16,90%, objetivo extremamente desafiador, considerando o cenário econômico daquele ano. Esse fator conjuntural não afetou somente o PPSP. Segundo levantamento da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), 92 fundos de pensão registraram déficit em 2015, entre eles seis dos 10 maiores do país. A principal causa foi a baixa rentabilidade dos investimentos dos fundos – cerca de 5% frente a uma meta atuarial média de aproximadamente 17%.

Junto com a disparada da inflação, a atividade econômica do país sofreu uma forte queda, tanto que o PIB, que é o principal indicador de desempenho da economia, despencou 3,8% naquele ano. Isso significa que houve queda no consumo e também na produção e na receita das empresas. Essa combinação de inflação e retração econômica produz um cenário de crise no qual todos perdem: o salário real dos trabalhadores encolhe diante da disparada dos preços, as receitas das empresas ficam menores, a rentabilidade dos investimentos não é suficiente nem para acompanhar a inflação. Assim, os ativos do PPSP (investimentos mais recursos que o plano tem a receber) fecharam o ano com rentabilidade de -3,68% frente à meta atuarial de 16,90%, enquanto os compromissos futuros foram corrigidos por esta mesma meta.

## **Investimentos**

Em 2013, o mercado financeiro nacional passou a sofrer com a volatilidade do cenário econômico, refletindo nas aplicações em Bolsa de Valores e renda fixa. Em 2014, o resultado da renda variável foi impactado pelo desempenho da Bolsa de Valores, que fechou o ano em -2,9%. Especificamente em 2015, a crise financeira afetou fortemente a rentabilidade da renda variável, tanto na carteira de giro como na de participações em empresas. Assim, apesar de os ativos do plano terem registrado resultado líquido de R\$ 1,1 bilhão entre 2013 e 2015, ficaram abaixo dos R\$ 14,3 bilhões necessários para cumprir a meta atuarial do período, que atualizou os compromissos futuros.

## **MEDIDAS ADOTADAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA**

Além do equacionamento — importante para o futuro do PPSP —, a Diretoria da Petros vem trabalhando para uma gestão mais eficiente, no sentido de reforçar os controles internos, aumentar a transparência, aprimorar a governança e tornar robusto o processo de decisão de investimentos, com todas as etapas bem definidas e documentadas. Já foram dados importantes passos no sentido de aperfeiçoar a governança e os controles, tais como o aprimoramento da Gestão de Riscos e Conformidade, o desenvolvimento de uma área de Controles Internos. Também será implantado um Programa Corporativo de Integridade, com a criação de um canal de denúncias independente e a reestruturação da Ouvidoria, que passará a ser receptora de denúncias de corrupção, fraudes, conflitos de interesse, nepotismo e assédios.

Além disso, a área de Risco e Conformidade foi reforçada com a contratação de profissionais experientes do mercado, aquisição de novos softwares e fixação de parâmetros de risco, tanto para investimentos em ações quanto em renda fixa. Todo o processo de investimento está sendo revisto e normatizado, permitindo tanto a documentação adequada de todas as decisões, bem como o controle e a fiscalização por parte das áreas de risco, conformidade e controles internos.

Outra medida foi a implementação de uma nova política de seleção de conselheiros externos nas empresas investidas, que valoriza a experiência profissional e privilegia a captação de especialistas de mercado. Ainda como parte das medidas para fortalecer a governança, foram criadas dentro da Secretaria Executiva, que é ligada diretamente à

Presidência, uma gerência dedicada à governança e outra voltada para segurança informacional.

A revisão do processo de investimento está sendo feita pela área de planejamento, mediante análise de benchmark com três grandes fundos de pensão, uma grande gestora local ligada a uma instituição financeira e uma grande gestora de recursos do Reino Unido. Na medida em que o processo é redesenhado e aprovado, ele vem sendo transformado em normas e políticas, que serão consolidadas em manuais de gestão de cada segmento.

Também foi elaborado o primeiro Manual de Alçadas e Competências da Petros, que fixa valores e responsabilidades de cada área, inclusive a de investimentos. Finalmente, a Petros deverá, ainda neste semestre, assinar o Código de Governança em Investimentos da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada (Abrapp), assim que estiver em condições de cumprir todas as determinações ali expostas. O cumprimento dessas determinações deverá ser certificado por uma entidade externa.

Em busca da rentabilidade adequada para os investimentos, continuam sendo tomadas medidas para tornar o processo de investimento mais robusto. A atual política de investimento proibiu aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e impôs o rating mínimo de “AA-” pelas três maiores agências internacionais para aquisição de ativos de crédito, e foi aprovada no Conselho Deliberativo uma política detalhada de desinvestimento em imóveis. A Fundação também desenvolveu uma política de seleção de gestores externos, baseada majoritariamente em critérios quantitativos, que será controlada por uma área externa à de investimentos.

Em relação às denúncias que abrangem investimentos decididos no passado, foram realizadas 11 Comissões Internas de Apuração (5 finalizadas e 6 em andamento) para averiguar eventuais irregularidades. Os resultados das apurações internas continuarão sendo imediatamente encaminhados às autoridades competentes, seguindo o procedimento de colaboração que foi adotado pela Administração da Petros desde o início das investigações sobre investimentos dos fundos de pensão.

A Fundação solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a abertura de sete processos investigativos sobre eventual atuação irregular de administradores e gestores de fundos estruturados, a fim de responsabilizar agentes que, no exercício de suas atribuições, possam ter cometido irregularidades, aumentando a exposição do investimento ao risco.

Também existe a possibilidade de processos de responsabilização de ex-dirigentes no intuito de buscar ressarcimento e de defender a imagem da instituição. Essa iniciativa já está em andamento com o apoio de escritório de advocacia contratado.

Na área de Seguridade, a Diretoria tem tomado diversas medidas para aumentar a credibilidade dos dados do passivo, entre as quais se destaca o recadastramento. A área de atendimento, por sua vez, foi reestruturada e está sendo substancialmente ampliada, para dar maior suporte aos participantes, particularmente nesse momento de recadastramento e equacionamento do PPSP.

Foram intensificadas as negociações para revisão do custeio administrativo dos planos multipatrocinados, tendo sido obtidos quatro acordos durante os primeiros oito meses deste ano. Além disso, há 22 negociações em andamento. Em paralelo, foi desenvolvido um plano de reestruturação do custeio administrativo de todos os planos da Fundação. Esse plano

foi enviado ao Conselho Deliberativo para discussão e deliberação. Uma vez aprovado, deverá ser objeto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser proposto à Previc, órgão fiscalizador do setor. A Diretoria espera que essa reestruturação solucione o problema histórico de insuficiência da receita do custeio administrativo.

Na área de Administração e Finanças, foi reduzido o prazo de divulgação das demonstrações financeiras mensais de 60 para 15 dias após o fechamento do mês. A divulgação das demonstrações financeiras anuais passou de agosto, em 2016, para junho, neste ano, e deverão ser divulgadas em março, no ano que vem.

Está sendo implantado o Programa de Orçamento Base Zero, com o apoio da consultoria EY, como forma de rever a estrutura dos principais gastos da Fundação e implantar uma cultura de disciplina orçamentária. Esse processo será facilitado pela implantação do novo software de administração financeira ainda neste ano.

Além disso, a Fundação desenvolveu o Plano de Contratação Petros, que estabelece critérios, com base nas melhores práticas, para um processo mais transparente e robusto de contratação, aumentando a qualidade dos contratos e dos serviços prestados e, paralelamente, reduzindo os custos.